

CULTURA POLÍTICA E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA NO BRASIL: UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE HISTORIOGRÁFICO SOBRE A FORMAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO IMPÉRIO *

Julio Benvogli **

Resumo. Este artigo destina-se a discutir a relação entre a cultura política – da independência brasileira até a *hegemonia* conservadora em 1850 – e o surgimento de uma nova consciência histórica, tomando como eixo de análise o processo de formação dos partidos políticos no Império e problematizando imagens construídas pela historiografia brasileira. Ele visa ainda propor uma leitura alternativa sobre a cartografia das forças políticas existentes, sobre a gênese das agremiações políticas e sua relação com a consolidação do Estado, através de uma força política – a facção áulica.

Palavras-chave: Cultura política; Partidos políticos; Brasil Império.

POLITICAL CULTURE AND HISTORICAL CONSCIENCE IN BRAZIL: A CONTRIBUTION TO THE HISTORIOGRAPHY DEBATE ON THE CREATION OF POLITICAL PARTIES DURING THE EMPIRE

Abstract. This article aims to discuss the relationship between political culture – from Brazil's independence up to conservative *hegemony* in 1850 – and the emergence of a new historical conscience, using as the focus of the analysis the process of creation of new political parties during the Empire, problematizing images constructed by Brazilian historiography. The article further attempts to propose an alternative reading of the cartography of existing political forces, of the genesis of political congregations and their relationship with the State, through a political power – the chamber faction.

Keywords: Political Culture; Political Parties; Brazilian Empire.

* Artigo recebido em 31 de julho de 2010 e aprovado em 24 de novembro de 2010.

** Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da UFES. Pesquisador do CEO-Pronex 2010-2012. Pesquisa financiada pelo CNPq.

CULTURA POLÍTICA Y CONCIENCIA HISTÓRICA EN BRASIL: UNA CONTRIBUCIÓN AL DEBATE HISTORIOGRÁFICO SOBRE LA FORMACIÓN DE LOS PARTIDOS POLÍTICOS DURANTE EL IMPERIO

Resumen. Este artículo está destinado a discutir la relación entre la cultura política (desde la independencia hasta la *hegemonía* conservadora de 1850) y el surgimiento de una nueva conciencia histórica, tomando como eje de análisis el proceso de formación de los partidos políticos durante el período imperial de la historia de Brasil y problematizando las imágenes que fueron construidas por la historiografía brasileña. Por otro lado, este texto propone una lectura alternativa sobre la cartografía de las fuerzas políticas existentes, la génesis de las agremiaciones políticas y su relación con la consolidación del Estado, a través de una fuerza política: la facción áulica.

Palabras Clave: Cultura política; Partidos políticos; Brasil Imperio.

Um partido tem cabeça, ventre e cauda: a cabeça dirige e abrilhanta um partido, o ventre tudo quer, tudo consome e devora, e às vezes perde a cabeça; a cauda quase sempre o emporcalha. Na cauda existem os homens que não tem juízo próprio, que tem um juízo como de empréstimo, na frase de Bentham, que se dirigem mais pelas paixões do que pela razão e princípios; é na cauda que existe essa porção de homens a que dei o nome de turbas (Discurso de Angelo Muniz da Silva Ferraz no Parlamento Brasileiro. 21 jan. 1845).

INTRODUÇÃO

Este artigo destina-se a discutir em linhas gerais a cultura política e a formação dos partidos políticos brasileiros na primeira metade do século XIX, tomando as práticas e os sentidos construídos no passado em contraponto às interpretações oferecidas pela historiografia brasileira a respeito do tema. Para isso, ampara-se em duas perspectivas teóricas fundamentais. A primeira, embasada em Reinhart Koselleck (2006), analisa a constituição de uma nova consciência histórica no Brasil relacionando-a à emancipação política e ao processo construção do Estado nacional, aspectos decisivos para se compreender a cultura e a atuação das forças políticas no período em foco. A segunda parte da leitura de Edward Thompson (1983; 1989) para compreender o processo de formação dos partidos políticos verificado em meio às lutas políticas travadas naquele contexto, não analisando esses partidos enquanto

entidades teleológicas preexistentes, como muitas vezes são apresentados pela historiografia, mas pensando sua formação a partir das experiências políticas vividas. Nas pegadas de Koselleck busca-se efetuar uma “crítica à tradução descontextualizada de expressões cronologicamente relacionadas ao campo semântico” (KOSELLECK, 2006, p.104), que reconhece o peso que tiveram os interesses socioeconômicos nos eventos transcorridos entre 1808 e 1850, em particular na preservação do escravismo e da restrição do acesso ao mundo do governo por parte da elite política oitocentista, mas segue em outra direção, informada pela história social dos conceitos, no intuito de conferir um entendimento a respeito do conceito de partido, localizando-o em meio às práticas sociais e à cultura política naquele contexto.

Desse modo, a partir das práticas políticas e dos sentidos construídos pelos sujeitos históricos, pretende-se analisar a cartografia das forças políticas existentes e suas relações de força em meio às circunstâncias dadas que produziam compreensões sobre o que seria um partido. Para isso evocará algumas interpretações da historiografia a fim de elucidar a construção de determinadas perspectivas. A meu ver, as alianças e disputas vivenciadas naquele momento permitem, ao lado dos discursos e do vocabulário adotado, refigurar os significados da ação política, dos ideários existentes e do processo de construção do Estado brasileiro, tema bastante explorado pela historiografia, que se cristalizou em imagens que reproduzem determinadas leituras, seja a partir da perspectiva saquarema, seja sob o olhar do legado liberal. Segundo Ângela de Castro Gomes, os estudos sobre a cultura política precisam contemplar

uma leitura do passado – histórico ou mítico, ou ambos – que conota positiva ou negativamente períodos, personagens, eventos, textos referenciais e, principalmente, um enredo – uma narrativa – do próprio passado. Nesse sentido estudar uma cultura política, ou melhor, trabalhar com a sua *formação* [grifo meu] e divulgação – quando, quem, através de que instrumentos – é entender como uma certa interpretação do passado (e do futuro) é produzida e consolidada, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais, inclusive os nacionais (GOMES, 2005, p.32-33).

A cultura política posterior à abdicação, tal como foi interpretada pela historiografia brasileira, está, em grande medida, fixada numa perspectiva muitas vezes tautológica, que pouco assimila as dissonâncias existentes no legado do discurso liberal e do conservador, realizando

sempre a adoção de uma dada versão do passado, luzia ou saquarema. Isso é recorrente nos intérpretes da política oitocentista. Destarte, patenteia-se na historiografia uma visão consensual que não permite perceber fraturas e contradições (SOIHET, 2005, p.9). Ainda nas palavras de Ângela de Castro Gomes,

O conceito de cultura política permite explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades. Ou seja, realizando o exercício historiográfico que implica *se deslocar no tempo e no espaço compreendendo as orientações dos atores, segundo seus próprios códigos culturais* [grifos meus] (GOMES, 2005, p. 30).

Em nosso entendimento, aspectos basilares da cultura política brasileira podem ser encontrados desde o processo de emancipação, pois, embora movimentos anteriores expressassem conteúdos políticos, agora se tratava de um novo contexto, afinal, com a Independência, verificou-se a constituição de uma nova consciência histórica, de reavaliação e ruptura com o passado e de formação de novas expectativas de futuro. Essa consciência redimensionou a relação com Portugal e materializou-se em diferentes projetos políticos para a colônia. A multiplicação de panfletos e a proliferação de periódicos naquele momento atestam o surgimento de novas práticas, ferramentas imprescindíveis a serviço de grupos de pressão e importância na sociedade. Neles descortinam-se pontos de vista, interesses e ideários que, embora marcados pelo pensamento político europeu anterior, trazem em seu bojo uma renovação nos sentidos das palavras e conceitos. Assim, conquanto diversos trabalhos tenham analisado os partidos políticos brasileiros e muitos autores tenham tratado desta questão direta ou indiretamente, parece que não coincidem os conceitos de partido e a compreensão que os políticos do século XIX tinham do termo, em diferentes momentos.

COM A PALAVRA, ALGUNS INTÉRPRETES¹

Grosso modo, a bibliografia referente aos partidos brasileiros pode ser dividida em duas posições. De um lado encontram-se inúmeros autores que defendem a existência de dois partidos políticos formados na primeira metade do século XIX: o Liberal e o Conservador, e de outro, aqueles que professam a inexistência de partidos naquela conjuntura. Nos dois casos existe uma compreensão inadequada do conceito, em diferentes níveis, mas localizada em alguns pontos fundamentais. O primeiro desses pontos é pensarem os partidos segundo uma leitura sociológica ou embasada pela ciência política moderna; o segundo está em tentarem associá-los ao conceito de classes ou a uma determinada leitura ideológica de mundo de maneira rígida e categórica, eliminando diferenças de perspectivas políticas possíveis, até mesmo intrapartidárias; o terceiro, em cometerem o equívoco de não historicizar os significados que o conceito de partido assumiu em diferentes conjunturas da Independência ao final do Segundo Reinado, pois o termo, que é polissêmico, adquiriu nuances em circunstâncias específicas; o quarto consiste em subsumirem a compreensão dos partidos, associando-os ao processo de construção do Estado; e o último, em tentarem localizar partidos políticos através dos discursos veiculados na imprensa, nas tribunas do Parlamento e do Senado, distinguindo-os segundo seus projetos para o Brasil, como se estes estivessem determinados de antemão, desde o período regencial. Em relação aos autores que defendem a existência de partidos, há certo consenso em indicar que o Partido Conservador teria surgido precisamente em 1837, quando Bernardo Pereira de Vasconcelos, ao lado de outros liberais moderados, teria rompido com antigos companheiros, ensejando o *Regresso*. O Partido Liberal, por sua vez, teria raízes anteriores que poderiam ser localizadas nas lutas da Independência.

No rol dos intérpretes, um grupo divide os partidos em termos de situação social, como Raymundo Faoro (1959), para quem os liberais representariam os interesses agrários, contrários ao avanço do poder central promovido pela burocracia. O Partido Conservador representaria fundamentalmente o estamento burocrático, expressão da monarquia portuguesa colonizadora e civilizadora, com a preocupação de absorver e

¹ Neste balanço historiográfico sumário não foram incluídos alguns importantes autores que também trataram do tema, visto termos privilegiado a historiografia brasileira. Desse modo, ficaram de fora *brasilianistas* como Judy Bieber (1999), Jeffrey Needell (2006) e Roderick J. Barman (1988).

cunhar interiormente a sociedade, enquanto o partido liberal representaria a sociedade colonial, por meio da classe proprietária e, ocasionalmente, de duas ordens guerreiras, o caudilho e o bandido. Já Azevedo Amaral (1938) vê nos conservadores os representantes dos interesses rurais e nos liberais a voz de grupos intelectuais e de outros grupos marginais ao processo produtivo, como os mestiços urbanos. Para Afonso Arinos de Melo Franco (1954), os liberais eram representantes da burguesia urbana, dos comerciantes, dos intelectuais e dos magistrados; e os conservadores representariam os interesses agrários, notadamente dos cafeicultores do Rio de Janeiro. Fernando de Azevedo (1963) e João Camilo de Oliveira Torres (1957) veem na distinção entre rural e urbano a diferença fundamental nos partidos. Para ambos os liberais representariam grupos urbanos. e os conservadores, os rurais. Ainda como defensores da distinção e existência partidária encontram-se Paula Beiguelman, que, em *Formação política brasileira* (1979), revela que os partidos políticos eram partidos da patronagem, todos usados pelo imperador. José Murilo de Carvalho, em *A construção da ordem & Teatro de sombras* (1980), mostra que os partidos políticos imperiais, em sua liderança nacional, compunham-se de uma intrincada combinação de grupos diversos em termos de ocupação e de origem social e provincial. Do Partido Conservador faziam parte burocratas, principalmente magistrados, proprietários rurais, notadamente do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco, além de comerciantes das grandes cidades, enquanto o Partido Liberal era formado por profissionais liberais, em particular por advogados e jornalistas e por proprietários rurais. Para este autor, até 1837 não se pode falar em partidos políticos no Brasil. As organizações políticas ou parapolíticas que existiam antes da Independência eram do tipo sociedade secreta, a maioria sob influência maçônica. Logo após a Abdicação formaram-se sociedades mais abertas, como a Sociedade Defensora, a Sociedade Conservadora e a Sociedade Militar; mas todas foram organizações *ad hoc*, girando em torno do problema político criado pela Abdicação. Uma vez morto o ex-imperador e reformulado o arranjo constitucional pelo Ato Adicional, deixaram de existir. Nessa mesma direção encontra-se a análise de Augustin Wernet (1978), que entende as sociedades regenciais como prenúncio da formação político-partidária. Para Wernet,

Cada associação estava ligada a uma corrente política: a Sociedade Defensora à facção dos liberais moderados ou liberais monárquicos; a Sociedade Federal aos liberais exaltados, na sua maioria republicanos e democratas; a

Sociedade Conservadora □ e a Sociedade Militar □ à corrente política que desaprovou a abdicação de D. Pedro I, e ao "partido" Caramuru (WERNET, 1978, p. 9).

Ilmar Mattos, em *O tempo saquarema* (1987), indica sensíveis diferenças de formação, projetos políticos e presença junto ao Estado, descortinando uma complexidade maior para se pensar a constituição destas agremiações partidárias. Para Mattos, no mundo do governo, liberais e conservadores apresentavam-se ao mesmo tempo semelhantes, diferentes e hierarquizados, dependendo das circunstâncias. Para os liberais, o rei reina, mas não governa, como na fórmula francesa de Thiers, e o Parlamento deve governar e ser autônomo. Eles defendiam a descentralização administrativa, o federalismo, a valorização do cidadão com eleição para magistrados e agentes do Poder Judiciário, a exemplo dos Estados Unidos. Não se preocupavam com a integridade territorial. Para os conservadores o rei reina, governa e administra, segundo a fórmula de Guizot, defendendo a centralização, a autoridade do Ministro da Justiça, a independência e inamovibilidade dos magistrados. Preocupavam-se com a integridade territorial.

Há ainda vários autores que não reconhecem a existência destes partidos, indicando que ambos seriam *farinha do mesmo saco*, visto não possuírem programas políticos específicos, estatutos, processos de filiação, etc. Entre os principais integrantes desse grupo se encontram Oliveira Vianna, Caio Prado Júnior e Maria Isaura Pereira de Queiroz. O primeiro, em *O ocaso do império* (1925), afirma que eram não somente iguais, mas constituíam simples clãs organizados para a exploração comum das vantagens do poder em uma sociedade quase feudal. O segundo, em *Evolução política do Brasil e outros estudos* (1942), confessa que os partidos do passado tinham uma significação ideológica muito restrita, pois expressavam um grande império burguês, no qual existia apenas um conflito entre a burguesia reacionária, representada pelos donos da terra, e a burguesia progressista, relacionada ao comércio e às finanças. Por sua vez, Maria Isaura Pereira de Queiroz, em *O mandonismo local na vida política brasileira* (1969), revela que os partidos imperiais formam um véu que oculta a força dos chefes locais, e que sua realidade como partidos políticos, no sentido de arregimentação de pessoas em torno de um programa ou de um ideal, não teria existido, pois as ideias de seus integrantes não apresentavam diversidade paupável, expressando apenas as facetas do patriarcalismo e do mandonismo. Aliás, como Nelson Werneck Sodré (1964), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969) considera

os partidos Liberal e Conservador como simples representantes dos interesses proprietários agrários e escravistas que dominavam a política imperial. Nestor Duarte, em *A ordem privada e a organização política nacional* (1969), admite certa diferença entre os partidos, mas no nível ideológico, afirmando que as diferenças se encontravam puramente no nível retórico, sem vinculação a problemas concretos. Vicente Licínio Cardoso, em *À margem da história do Brasil* (1979), mostra que Nabuco e Rio Branco querem nos enganar quando dizem que a história do Império foi marcada pela presença de liberais e conservadores no poder. Para ele, este conflito era falso, pois ambos representavam os interesses do latifúndio e da escravidão, sem divergência real; somente com o Partido Republicano o povo passou a ser representado no Parlamento. Naquela sociedade escravista, a ilusão dos partidos seria a miragem enganadora da política imperial parlamentar. Por fim, Nelson Werneck Sodré, na *História da burguesia brasileira* (1964) afirma categoricamente que essa divisão partidária é evidentemente maleável e precária e corresponde a divergências dentro da mesma classe dirigente.

Com relação à historiografia mais recente, Marco Morel (2005) relaciona a formação dos partidos políticos à construção das identidades políticas, entre 1820 e 1840. Tenta descaracterizar a origem parlamentar dos partidos brasileiros devido à incoerência e à falta de laços sólidos entre os parlamentares. A seu ver, outros aspectos devem ser considerados, particularmente as “ligações pessoais, de parentesco, de compadrio, interesses sociais, afinidades intelectuais, econômicas ou regionais” (MOREL, 2005, p. 63). Para esse autor,

um partido político, na primeira metade do século XIX, era mais do que tomar um partido e constituía-se em formas de agrupamento em torno de um líder, por meio de palavras de ordem e da imprensa, em determinados espaços associativos, ou de sociabilidade e a partir de interesses ou motivações específicas, além de se delimitarem por lealdades ou afinidades (intelectuais, econômicas, culturais, etc) entre seus participantes. Tais agrupamentos eram identificados por rótulos ou nomeações, pejorativos ou não (MOREL, 2005, p. 63).

Lúcia Pereira das Neves aponta, por sua vez, que na cultura política do constitucionalismo, o conceito de partido se associava a grupos “que se posicionavam a favor ou contra alguma prática política” (NEVES, 1999, p. 194). Em outras palavras, os partidos indicavam partes no debate e no cenário político oitocentista.

Pensada a política imperial em sua totalidade, a existência de um partido justificar-se-ia, num registro histórico-sociológico, quando este adquire amplitude nacional, quando forças políticas dispersas são agrupadas em torno de um mesmo projeto, aceitando uma liderança e uma direção por parte de um grupo, com regras de arregimentação e uma ação política organizada²; mas aqui teríamos um primeiro paradoxo: os liberais, que desde a emancipação, ao conseguirem integrar diferentes lideranças expressivas espalhadas em território brasileiro em torno de um objetivo comum, a Independência, teriam formado, àquela altura, um partido? A denominação Partido Brasileiro seria a expressão desta agremiação? Penso que o termo coaduna-se mais com *causa* que com agremiação política regular. Identificava uma luta, um interesse comum, uma adesão tingida de sentimentos e valores despertados diante de uma circunstância particular e, embora ensejassem a discussão de ideários, não levaram à definição de um projeto único que seria mantido após a Independência e adotado por todos os liberais. Afinal, os partidos não surgem no início das lutas políticas como entidades preexistentes, ao contrário, a partir destas é que irão se formar.

Como se vê, a historiografia, até meados dos anos 1970, procurava identificar ou não os partidos mediante um referencial socioeconômico, marcado pelo conceito de classe e de ideologia, para evidenciar suas semelhanças e diferenças; e o fazia tautologicamente, como se, de maneira implícita e paradigmática, reproduzisse a interpretação realizada por Justiniano José da Rocha em seu *Ação: Reação: Transação* (In: MAGALHÃES JR, 1957). Localizava-os a partir das pessoas, classes, ideologia. Nos anos 1980, o tom foi dado pelos discursos, ou seja, pelos projetos defendidos pelos atores políticos. Ilmar Mattos talvez tenha sido o intérprete que melhor tentou relacionar composição social, ação e discurso político para entender os partidos do Império, ao lado de Cecília Helena Salles de Oliveira (2001) e Miriam Dolhnikoff (2005), embora todos incorram num problema, que também existe na historiografia anterior, qual seja, o de referendar uma determinada leitura legada pelos próprios contemporâneos. O primeiro, ao repetir a imagem construída pelos saquaremas, as duas, por fazerem eco à tradição luzia. Em outras palavras, ainda hoje a historiografia entende o processo de condução das forças políticas rumo à constituição político-partidária, relacionando os partidos à construção do Estado-

² A respeito do conceito sociológico de partido político ver: (BERNSTEIN, 2003; DUVERGER, 1976; WEBER, 1998).

Nação. Assim, se para Mattos os conservadores foram os arautos do processo civilizador no Brasil, encarregados pela construção do Estado, Dolhnikoff e Oliveira empenham-se em demonstrar a permanência do ideário e do projeto liberal neste mesmo Estado que vai se formando.

Em texto recente de Lúcia Maria Guimarães reitera-se que a formação dos partidos imperiais data do período regencial, sobretudo daquele que se seguiu à Abdicação, em 1831 (GUIMARÃES, 2002, p. 563-566). Segunda a autora, as lutas no Parlamento passaram a contrapor três grupos: *moderados*, *exaltados* e *caramurus*. Esse quadro perdurou até 1834, quando o Ato Adicional e a morte de D. Pedro I provocaram um realinhamento das forças políticas. Dissensões internas dos moderados provocaram a crise no governo que permitiu a eleição para regente único, dividindo os moderados e dando ensejo a outras vertentes, como, por exemplo, os *marombistas*, parlamentares independentes que alteravam suas posições políticas ao sabor de interesses mais imediatos, e os *caramujos*, que não se definiam politicamente e faltavam às sessões decisivas. O movimento regressista, capitaneado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, que agregou ex-moderados junto com ex-corcundas e muitos marombistas, teria resultado na formação do *Partido Conservador*. A renúncia de Feijó precipitou a formação de um novo agrupamento de forças políticas, reunindo antigos exaltados, ex-corcundas, como Antônio Carlos de Andrada, dando origem ao *Partido Liberal*. A autora defende ainda que “embora ambos fossem partidos, careciam de programas definidos, de documentos públicos sujeitos à verificação e registro, tampouco estavam dotados de certa disciplina partidária.” (GUIMARÃES, 2005, p.564). De qualquer modo, Lúcia Guimarães é uma das vozes isoladas que descrevem também aqueles políticos que não se vincularam a nenhum dos partidos políticos existentes - homens como Aureliano Coutinho, José Clemente Pereira, Francisco Vilela Barbosa (Marquês de Paranaguá) ou Caetano Maria Lopes Gama (Visconde de Maranguape). Em outro trabalho importante, Rodrigo Patto Sá Motta (1999) revela, por sua vez, que,

quanto aos partidos, nos primeiros anos do Império eles praticamente não existiam, pelo menos na forma moderna. Havia grupos de opinião, pessoas que partilhavam determinados pontos de vista políticos, por exemplo, republicanos, absolutistas e liberais. Mas os grupos não eram nem organizados nem duradouros o suficiente para serem caracterizados como partidos (MOTTA, 1999, p. 27).

Nas regências, este autor também localiza o surgimento dos partidos, embora faça afirmações complicadas, como a de que os conservadores foram compostos por “ex-liberais” ou “neoconservadores” [que] passaram a temer os efeitos das medidas descentralizadoras que ajudaram a implantar (MOTTA, 1999, p. 31); mas ao contrário de outros historiadores, Motta traz uma informação decisiva: a de que liberais e conservadores eram essencialmente partidos parlamentares.

Como se tentou demonstrar até aqui, entre 1822 e 1850, partido era um conceito que identificava uma dada força política numa cartografia complexa; mas o uso do termo servia como índice, pois, diante da crise do governo imperial em processo de consolidação, as forças políticas eram identificadas na arena política, no calor dos conflitos e das disputas. Assim, partidos sempre surgiam como partes, como posições no jogo político então vigente. Sua compreensão e constituição como instrumentos organizados para disputar o poder, com organização consistente, liderança e projeto único para todo o país e formas de recrutamento efetuar-se-ia apenas no Segundo Reinado.

A despeito dessas interpretações, a documentação usa o termo *partido* reiteradas vezes. Há naquele período, sobretudo entre 1822 e 1848, inúmeras referências aos *partidos* que identificam forças políticas específicas: Partido do Rei, Partido Aristocrático, Partido da Ordem, Partido do Regresso, Partido de Lisboa, Partido de D. Pedro, Partido da Anarquia, Partido Liberal, Partido Conservador, Partido da Praia, entre outras que, para os contemporâneos, demarcavam claras posições na arena política. Destarte, *partido* assumia uma conotação de grupo político e identificava *posição* e objetivos mais imediatos. De qualquer modo, como era típico nos regimes monárquicos, e mesmo nos republicanos daquela época, a multiplicidade de partidos não era apreciada. Na compreensão dos contemporâneos, muitos partidos exprimiam fragilidade do regime ou ainda a existência de interesses de grupos ou facções que colocavam em risco o interesse coletivo, pois se sobrepunham aos interesses da Nação. Um partido era sempre visto como uma divisão que cindia o cenário político, debilitando-o. Talvez por isso, tenha ocorrido a criação de sociedades, e não de partidos, durante as regências, a fim de se evitarem fissuras ainda maiores no já conturbado e dividido cenário político.

UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA FORMAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA NO IMPÉRIO

Embora as engrenagens da vida política imperial estivessem marcadas por sociabilidades características e as relações de poder trouxessem a marca da patronagem e do clientelismo de fortes lideranças regionais e suas redes, a historiografia até agora conferiu pouco interesse àqueles indivíduos que permaneceram alheios, ou resguardados pela opacidade nessa trama, desconsiderando o peso dos validos nesse teatro, em particular aqueles que haviam sido eclipsados após a abdicação de D. Pedro I - supostamente por sua adesão incondicional a ele - e, sobretudo, dos validos de D. Pedro II, por situar a política exclusivamente no terreno político-partidário atrelando-o ao processo de construção do Estado. Sensível à racionalidade no universo das relações de poder, ao dotar de coerência e lógica o percurso dos integrantes da política imperial, a historiografia pouco considerou ingredientes avessos à esta leitura, quando não procurava assimilar elementos incongruentes sob a rubrica das excepcionalidades, sem dar causa de entendê-los como vetores significativos das relações de força travadas³. Preocupada com a esfera macropolítica, esta historiografia passou ao largo daqueles ingredientes mais difíceis de absorver, ou, parafraseando Foucault, não integrou em sua perspectiva sincrônica a descontinuidade (FOUCAULT, 2004). Assim, a presença na corte e a proximidade com os regentes e o imperador constituíam-se em um elemento real e movediço de inserção e de projeção políticas. Isso nos leva a uma nova perspectiva analítica: a de que a política, no período aqui retratado, bem como no período anterior, não vivia exclusivamente de partidos, mas, sobretudo, de pessoas, de forças políticas⁴. Assim, ser palaciano ou ter o reconhecimento da corte era condição *sine qua non* para participar da vida pública, vetor significativo nas relações de poder existentes, e não exatamente pertencer a um partido.

³ O lugar-comum é muitas vezes apelar para a generosidade do imperador, sempre capaz, nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda, de coonestar injustiças, de perdoar e acolher os críticos mais ferrenhos de si e de monarquia brasileira. Assim, é graças a esse temperamento, por exemplo, que Torres Homem teve seu *Timandro* ignorado, ao assumir as dignidades de senador do Império e o título de visconde de Inhomirim.

⁴ Numa perspectiva de longa duração seria possível afirmar que, na tradição político-partidária brasileira, ainda hoje os nomes são, na maior parte das vezes, mais importantes que os partidos.

Assim, até meados de 1842 não seria possível falar, *stricto sensu*, em partidos políticos, mas tão somente em forças políticas. Tema pisado e repisado pela historiografia, a compreensão da história do processo de formação dos partidos políticos brasileiros merece retoques em sua leitura, muitas vezes apressada e tautológica, de maneira que se possa determinar a formação destas agremiações e dos laços efetivos entre seus integrantes de maneira mais pontual. A postura aqui assumida é a de que as lutas políticas desde a emancipação vão, lentamente, conduzir o processo de formação dos partidos políticos brasileiros, que têm nas regências seu momento de aceleração – de modernidade –, de fermentação, mas cuja existência institucional efetiva ocorrerá somente no Segundo Reinado, ao contrário do que postula boa parte da historiografia, que vê partidos conduzindo estas lutas desde a Independência, ou ainda de alguns intérpretes que não levam em conta a relação necessária entre o conceito, seus significados e as práticas sociais concretas vivenciadas naquele contexto, desconsiderando a cultura política de então, ao promoverem uma associação automática entre as práticas políticas e as agremiações político-partidárias modernas. O que se percebe é que a historiografia pouco problematizou a formação dos partidos, preferindo tratar do período como se tacitamente eles existissem, ou ainda prefigurando-os em meio aos conflitos vividos.

Investigar um “não partido” que teve considerável importância na arena política responsável pela destituição de José Bonifácio da tutoria de D. Pedro II, passando pelo golpe da Maioridade, o grupo palaciano de Aureliano Coutinho (1800-1855), conhecido como *facção áulica*, é um exercício que revela a preservação, na jovem trajetória do Império, de práticas políticas perenes que antecedem e sobrevivem ao nascimento dos partidos (BENTIVOGLIO, 2009). Afinal, o cenário político e os conflitos em torno do governo e da administração imperial não se limitaram à política partidária, e certamente não poucas ações foram decididas nos bastidores do poder, sob influências diretas que não as oriundas de partidos. Isso traz para o debate um ingrediente de diferença, uma trama que escapa a determinados modelos do sistema político imperial e às interpretações mais tradicionais. Este é um elemento capaz de tensionar pretensas homogeneidades partidárias e colocar nova luz sobre a história política do Império, pelo menos até a primeira década do Segundo Reinado; um elemento que convida os leitores a conhecerem outros ângulos do palco, do cenário, das personagens e, sobretudo, dos bastidores da política naquele teatro de sombras, na feliz definição de José Murilo de Carvalho (1999). É como se se tratasse de investigar o

momento de contratação e encenação dos atores que posteriormente desempenharão a trama, em que dirigentes e donos do teatro agenciam o espetáculo e especulam sobre as expectativas dos negócios.

Os áulicos, por sua vez, não formaram um partido, mas figuraram próximos dos conservadores no Rio de Janeiro, aparecendo como intransigentes defensores da causa monárquica; e também estiveram próximos dos liberais nos primeiros gabinetes da Maioridade, bem como na revolta praieira em 1848, por conta dos vínculos existentes entre Chichorro da Gama e Aureliano Coutinho (MARSON, 1987). Aproximações estratégicas, alianças pontuais. Talvez seja exatamente por que, a partir de 1848, foram repudiados indistintamente tanto por luzias quanto por saquaremas. De qualquer modo, naquele momento de consolidação do Estado e da Monarquia, mas sobretudo de maior solidificação dos partidos, já não tinham mais razão de ser. O recrudescimento da força do grupo se deveu a vários fatores. Em 1848, tanto Aureliano Coutinho quanto seu braço direito na Corte, o mordomo-mor Paulo Barbosa da Silva, já não eram os jovens de antes, sem contar que o primeiro ressentia-se da morte prematura do irmão, Saturnino. Outro indício do ocaso do grupo foi a rejeição do Senado que em 29 de maio de 1848 anulou pela segunda vez a eleição de Chichorro da Gama como senador por Pernambuco, mesmo depois de ter sido escolhido pelo imperador (TAUNAY, 1998, p. 142). Tampouco o imperador era o jovem de 13 anos que em 1840 ficou à mercê de ingerências palacianas, sobretudo daqueles por quem nutria profunda simpatia. Talvez Sérgio Buarque tenha mesmo razão ao afirmar que a política brasileira no início do Império transitou da esfera palaciana para a partidária (HOLANDA, 1997).

De qualquer modo, é preciso dizer categoricamente o seguinte: não foram partidos políticos que conduziram a política brasileira de 1822 até meados de 1842, mas forças políticas que em determinados momentos se coligaram a partir de algumas causas comuns. Nos acontecimentos verificados, sobretudo, a partir de 1831, é que as práticas políticas vivenciadas e a experiência política acumulada em um processo que adquire um caráter de aceleração fizeram com que as lutas políticas engendrassem os partidos⁵. Assim, não foram liberais ou conservadores que deram as cartas do jogo político até o alvorecer do Segundo Reinado.

⁵ A formação político-partidária é aqui pensada na esteira da contribuição de Edward P. Thompson (1983), como um processo não automático construído a partir de práticas e experiências.

Eles não dirigiam as lutas, visto não constituírem ainda partidos. Saquaremas e luzias formaram-se em meio a estas lutas, a partir das forças políticas existentes; e foi no processo de maturação e aprendizagem, em meio aos conflitos, que se definiram projetos, lideranças, arregimentações e afinidades, levando à formação dos partidos *stricto sensu*. Esse processo foi lento, e, em rigor, formou os dois partidos, pelas práticas e pelos discursos, com abrangência nacional, apenas a partir de 1842, embora seja crível que liberais tenham padecido da ausência de um projeto e de uma liderança nacional ao longo de todo o início de sua trajetória política, e que os conservadores tenham encontrado, desde a experiência da Sociedade Defensora e, sobretudo, depois, com a política do Regresso, a partir de 1837, um modelo de organização política em que lideranças eram reconhecidas e respeitadas e no qual se aceitava uma direção nacional e um projeto uniforme, bem como se estabeleceram formas de atuação e arregimentação de membros.

O período regencial corresponde a um período em que uma consciência histórica adquire seu momento crítico, reequalizando o espaço de experiência e o horizonte de expectativas políticas e consolidando a cultura política imperial; consciência histórica que passava por um momento de crise e transformação desde a vinda da família real, em 1808, aprofundadas pelas jornadas de emancipação a partir de 1820 e pela Abdicação em 1831. Naquele contexto foi notável a releitura das relações entre o Brasil e Portugal e o reexame do passado. Embora essas mudanças fossem sentidas, oferecendo subsídios à crítica, foi efetivamente a tensão, e, sobretudo, a crise posterior à Abdicação - responsável pelo caráter mais acentuado nas mudanças - que de maneira veloz produziu novos atores políticos e instituições, conhecidas como sociedades, que, a seu modo, serviram de catalisadoras no processo de engendramento dos partidos políticos⁶. Em sua atuação na esfera pública as disputas políticas deixam o anonimato e as lojas secretas se tornam abertas, identificando seus sujeitos e seus projetos, nas tribunas e na imprensa. Aqui há um momento decisivo para a futura formação partidária e de depuração do conceito de partido.

A ampliação do horizonte de expectativas nos sujeitos históricos provocou projetos para o Brasil com feições mais nítidas, mais claras, diferentemente daquele projeto inicial, mais difuso e conciliador, da

⁶ A referência explícita aqui é o pensamento de Reinhart Koselleck (2006), em sua análise da modernidade como um momento de aceleração e também seus conceitos angulares de consciência histórica, espaço de experiência e horizonte de expectativas.

emancipação política. Igualmente se configura uma consciência política destes atores que saem do anonimato ou dos debates secretos e se apresentam no cenário político, organizando-se em sociedades e disputando espaços do poder mediante estratégias racionais orientadas pela conquista e participação no governo imperial. Não obstante, isso não representou o nascimento automático dos partidos, embora fosse comum entre os políticos da época o uso do termo, que adquiria mais o caráter de identificação das forças políticas. De qualquer modo, *partido* deixava de ser o *fixar uma parte, identificar uma posição* ou delimitar um grupo nas disputas vividas para se referir a um órgão político; ou seja, deixava de ser algo como o vago Partido Brasileiro da emancipação, para se tornar um conceito que expressa uma entidade política organizada.

Em meados de 1850 já havia um novo ingrediente na experiência e nas práticas políticas: o Estado imperial praticamente consolidado, portanto, com uma máquina burocrática e uma administração a conquistar. Dentro desses espaços multiplicavam-se os indivíduos das mais diferentes cores e matizes que cumpria disciplinar. Urgia instituírem-se as regras e os interditos no universo das forças políticas. É o que se verifica nos discursos e nas práticas que se posicionam, incluindo e excluindo os indivíduos, ordenando-os nos espaços existentes do poder nas mais diferentes esferas (judicial, militar, legislativa ou executiva). Na complexidade do momento e desde o calor provocado após a Abdicação, foram repensadas as relações entre Estado e sociedade, entre governo e cidadãos, entre os poderes estatais e no tocante à representação política. Vale dizer que o princípio monárquico e constitucional consolidou-se como referência obrigatória na definição daqueles projetos. Naquela altura verificou-se a importância da identificação dos sujeitos nestes projetos, sua adesão a um determinado discurso e a sua atuação coordenada, mediante palavras de ordem, lideranças ou, em outros termos, por sua aliança a um determinado ideário em que nomes, causas e objetivos mais imediatos em relação ao Estado e à legislação existente eram expressos. Esse ingrediente não havia em 1822. Generalidade e não especificidade tinham dado a tônica e marcado a identidade das forças políticas no período anterior. Mesmo nas regências, muitos não se sentiram tão confortáveis para se revelar na arena pública, e persistiam estratégias de escamoteamento dos interesses e da ação; mas já surgiam, aqui e acolá, atitudes de maturação, de evidenciação, de localização de causas, de lideranças de convites para a ação. Nesse jogo alterou-se a relação entre os órgãos deliberativos. Em 1831 o Parlamento eclipsou o Senado como instituição mais representativa do Império e o Senado

demorou a retomar o lugar de destaque que lhe era de direito. Com a Regência patenteou-se quanto regimes políticos provisórios excitam as ambições de diferentes forças políticas existentes; mas foi o momento de definição de identidades, de projetos e de forças políticas, que então iriam construir dispositivos específicos de luta política, de arregimentação e de ação. Os significados de partido passaram a transitar do sentido de *posição* para o sentido de *organização*, ligando forma e conteúdo. Não identificavam mais um posicionamento diante de uma causa, mas um organismo dotado de vida própria, que absorve os indivíduos e se coloca acima deles. O partido torna-se uma agremiação, um sujeito coletivo, não mais um lugar, uma ideia, um indivíduo ou um grupo de indivíduos.

Em relação ao teatro político, o panfleto de Firmino Rodrigues Silva (1901) *A dissolução do gabinete de 5 de maio ou a facção áulica*, redigido em 1847, parece indicar que, enquanto os conservadores formaram um partido que tinha um projeto definido e delegava a direção nacional a um grupo específico situado Rio de Janeiro a partir de 1837⁷ – cuja força se espalhava de maneira mais ou menos homogênea pelo território brasileiro, abarcando diferentes representantes em uma mesma agremiação, com a adesão a uma disciplina – os liberais padeciam de divisões e disputas internas, sobretudo entre paulistas, mineiros e pernambucanos, impedindo uma atuação mais coesa até meados de 1847; e que os liberais não se ressentiam tanto da *mão invisível* vinda dos bastidores da Corte. Em diferentes oportunidades, Firmino parece demonstrar que os áulicos se serviram dos liberais para se manterem integrados às estruturas de poder existentes, e que, no limite das incertezas e fragilidade de projetos políticos e partidos ainda incipientes, os áulicos deram a *direção* política para a constituição do governo imperial. Como não tinham um projeto claro e específico para o País, permaneceram atuando nas sombras, mas próximos do poder, até seu ocaso em 1848.

⁷ O que significou, em certa medida, um novo arranjo das forças políticas próximas da corte, com a derrota do grupo de José Bonifácio e a ascensão do grupo palaciano de Aureliano Coutinho e, no Partido Conservador, no recuo do grupo formado por Bernardo Pereira de Vasconcelos e no avanço do grupo composto, dentre outros, por Honório Carneiro Leão em aliança com destacados saquaremas do Rio de Janeiro, em especial Eusébio de Queiroz, Paulino Soares de Souza e Joaquim José Rodrigues Torres, tendo como aliado o grupo próximo a Pedro Araújo Lima. Não se deve desprezar a importância do comércio de grosso trato e das redes mercantis que orbitavam na capital do Império neste processo. Ver: (BENTIVOGLIO, 2002).

À GUIA DE CONCLUSÃO

Responder o que era um partido político nas primeiras décadas do século XIX não é tarefa fácil. Certamente os partidos de então não correspondem ao sentido moderno, em relação ao qual estudos inspirados na sociologia norte-americana apontam como critérios de verificação: sua extensão nacional, a aspiração ao poder mediante um projeto global e a busca de apoio popular (BERNSTEIN, 2003). De qualquer modo, boa parte da historiografia define os partidos políticos brasileiros, desde a Independência ou não, fundamentalmente por seus fins últimos e seu projeto de sociedade (MATTOS, 1987; DOHLNIKOFF, 2005; OLIVEIRA, 2001). O problema é saber se estes projetos estiveram sempre presentes e quais as modificações que sofreram. Como ocorreu em outros países, as forças políticas que disputavam o poder foram precocemente designadas como partidos e nem sempre o discurso permite visualizar matizes mais nítidas nos grupos em questão⁸. Outra dificuldade encontrada nos estudos consagrados a este tema reside na questão da intensa mobilidade inicial dos indivíduos nos clubes, sociedades, agremiações e *partidos* existentes no período recortado; alguns destes participaram de movimentos e associações no passado e, no futuro ocupariam posições antagônicas no cenário político. Não menos significativo é o constante esforço de conservadores e liberais em desacreditarem o partido rival, em negarem-lhe existência. Isso ocorreu em diferentes momentos, como, por exemplo, no debate travado no Parlamento em 1850 entre o então ministro da Fazenda – Itaboraí – e Bernardo de Souza Franco, deputado pelo Pará:

Rodrigues Torres: Quando o nobre deputado fala em partido liberal, eu pergunto-o, que somos nós? É o honrado membro liberal e nós inimigos da liberdade? Se o honrado membro é liberal, não pode deixar de estar conosco; e se não está é pseudoliberal...

Souza Franco: Graças a Deus! Já ouvi dizer a um ministro que é liberal!

Rodrigues Torres (com força): Somos liberais; somos amigos das instituições livres; defensores da constituição (elevando a voz); inimigos dela são aqueles que empunham armas para

⁸ Embora aqueles indivíduos se identificassem como pertencendo a partidos, como diz Bernstein, “não se poderia, entretanto confundir esses grupos restritos (...) com partidos políticos modernos ” (1976, p. 62).

derrubá-la (muitos e repetidos apoiados) (ANAI DO PARLAMENTO, 1850, p. 27).

Ou ainda outro, ocorrido no Senado em 20 de julho de 1866:

O Sr. D. Manoel: ... Mas, senhores, quem é que não é liberal? Hoje os mais conservadores disputam-se o liberalismo; e têm razão, por quê? Quem não é liberal, é míope... Eu deveria talvez usar de outra expressão... No estado do país todos são liberais, todos querem a Constituição executada literalmente, e quem a quer assim é liberal.

O Sr. Paranhos: É conservador.

O Sr. D. Manoel: Não sei se é preciso dizer isso...

O Sr. Rodrigues Silva: Assim pensam os conservadores.

O Sr. D. Manoel: Houve necessidade dessa palavra em algum tempo.

O Sr. Rodrigues Silva: Assim como depois houve a necessidade da palavra liberal.

O Sr. D. Manoel: Mas hoje não há mais necessidade.

O Sr. Rodrigues Silva: Então é porque todos são conservadores (apoiados)

O Sr. D. Manoel: Ou porque todos são liberais (ANAI DO SENADO, 1978, p. 312).

Tais diálogos ilustram quanto a compreensão da cultura política e a emergência de uma nova consciência histórica podem auxiliar no debate sobre a gênese dos partidos políticos no Império brasileiro. Assim, não basta analisar apenas os discursos ou origem social dos envolvidos; é preciso examinar como as práticas políticas vivenciadas podem iluminar sentimentos e razões nas formações político-partidárias tal como estas se constroem na experiência dos integrantes da política imperial brasileira no oitocentos.

REFERÊNCIAS

ANAI DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia Hippolyto J. Pinto, 1851.

- ANAI DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL (1840 a 1860). In: RODRIGUES, José Honório (org). 4.ed. Brasília: Subsecretaria de Anais/Senado Federal, 1978.
- ATAS DO CONSELHO DE ESTADO. Terceiro Conselho de Estado. v.3, v.4 e v.5. In: RODRIGUES, José Honório (org.). Brasília: Senado Federal, 1978.
- AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1963.
- BARMAN, Roderick J. *Brazil. The forging of nation 1789-1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988.
- BEIGUELMAN, Paula. *Formação política do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1976.
- BENTIVOGLIO, J. *O império das circunstâncias*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo.
- BENTIVOGLIO, Julio. *Valimento e relações de poder no Império brasileiro: os palacianos e a Facção Áulica de Aureliano Coutinho na Corte de D. Pedro II*. Vitória, 2009 (relatório de pesquisa ao CNPq).
- BERNSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- BIEBER, Judy. *Power, Patronage, and Political Violence: State Building on a Brazilian Frontier, 1822-1889*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1999
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem & Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- CASTRO, Paulo Pereira de. A experiência republicana, 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio B. de. *História geral da civilização brasileira*. t.2, v.2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*. Rio de Janeiro: Globo, 2005.
- DUARTE, Nestor. *Ordem privada e organização política nacional*. São Paulo: Nacional, 1956.
- DUVERGER, Maurice. *Les partis politiques*. Paris: Armand Colin, 1976.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 2 v. Porto Alegre: Globo, 1985.

- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 10ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.
- GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda B; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad/ Faperj, 2005.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- GUIMARÃES, Lúcia M. P. Sociedades políticas. In: VAINFAS, Ronaldo (org). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (orgs). *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan/UERJ, 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico: do Império à República*. t.2, v.5. 5a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- MARSON, Isabel. *O império do progresso – a revolução praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do império*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975.
- NEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order. The Conservatives, the State and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- NEVES, Lúcia M. B. Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- OLIVEIRA, Cecília H. L. de Salles. *A astúcia liberal*. São Paulo: Ícone, 2001.

- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 7a.ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.
- PRADO, Maria Emília. *O estado como vocação: ideias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Acess, 1999.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- RIBEIRO, Gladys S. *Liberdade em construção*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- ROCHA, J. J. da. Ação; Reação; Transação. In: MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Nacional, 1957.
- SILVA, F. R. *A dissolução do gabinete de 5 de maio ou a facção áulica*. Rio de Janeiro: Francisco Rodrigues de Paiva, 1901.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda B; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad/ Faperj, 2005.
- TAUNAY, Affonso de. *O senado do império*. Brasília: Senado Federal, 1998.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- THOMPSON, E. P. *Tradicción, revuelta y consciencia de classe*. Barcelona: Paidós, 1983.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *História do Império*. Rio de Janeiro: Record, 1963.
- VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.
- WERNET, Augustin. *Sociedades políticas (1831-1832)*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. 2 v. Brasília: Ed. Unb, 1998.